

## CENTRALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO, INTERDISCIPLINARIDADE

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes – UNIVÁS  
(anaclau@ymail.com)

Da perspectiva da História das Idéias Lingüísticas – HIL<sup>1</sup>, analiso as palavras *centralização*, *integração* e *interdisciplinaridade* e os deslizamentos de sentido que elas produzem em textos relacionados à história da institucionalização da lingüística na Unicamp. Esta análise constitui um dos vieses de reflexão que realizei em minha Tese de Doutorado (FERREIRA, 2009) sobre os sentidos de *lingüística* nessa história<sup>2</sup>.

A constituição da lingüística na Unicamp se deu no mesmo momento em que essa universidade estava sendo criada. Naquele momento, para que uma instituição de ensino superior tivesse o estatuto de Universidade, ela deveria se constituir segundo a LDB de 1961: “pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior”.

Um funcionamento semelhante ao dessa LDB pode ser observado no conhecido Acordo MEC-USAID, de 1966, referente à reforma universitária. No Acordo, ‘reforma universitária’ é reescrita<sup>3</sup> por diversas vezes como ‘reforma administrativa’. No item nomeado de Relação Ilustrativa das Atividades do Projeto, há uma demanda pela *centralização* em expressões como ‘administração centralizada’, ‘contabilidade centralizada’, bem como pela ‘integração’ e ‘simplificação’ da ‘legislação educacional vigente’. E há, também, a proposta de ‘ensino comum das disciplinas básicas’, na qual ‘comum’ determina ‘ensino’, marcando um deslocamento significativo em relação à LDB em que o ‘comum’ determinava ‘administração’.

No Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas, de 1966, vemos funcionar uma demanda pela integração entre os Institutos sobre as necessidades de ‘administração comum’ da LDB de 1961. Podemos observar a presença de palavras e expressões como ‘integração’, ‘centralização’, ‘ensino comum’, ‘disciplinas básicas’, ‘administração integrada’, que já compareciam na LDB e no Acordo MEC-USAID. No Relatório da Comissão, estabelecem-se outras articulações entre estas palavras e expressões.

No Relatório há diferentes tipos de integração: a ‘administração integrada’, que funciona em função das políticas administrativas do Estado e da universidade (em relação às Faculdades e Institutos); e a ‘centralização’, que funciona tanto no domínio das políticas administrativas do Estado e da universidade – englobando a ‘administração integrada’ – quanto no domínio dos ‘ideais universitários’, onde os saberes estão situados. Ao lado disso, integração significa também como ‘completa interdependência e subordinação recíproca de todas as ciências’ e é um dos lugares de onde se pode facilmente fazer emergir sentidos para a *interdisciplinaridade*.

Encontramos, ainda, dois argumentos em jogo para a integração/centralização.

---

<sup>1</sup> O aporte teórico-analítico de meu trabalho se constitui no âmbito de uma perspectiva materialista da HIL, a partir da mobilização de conceitos e dispositivos teóricos e analíticos da análise de discurso, na linha das produções de M. Pêcheux e E. Orlandi, e de dispositivos analíticos da semântica da enunciação, na linha dos trabalhos produzidos por E. Guimarães.

<sup>2</sup> Tese financiada inicialmente pelo CNPq e posteriormente pela Fapesp, contando também com um período de pesquisa no exterior financiado pelo acordo Capes/Cofecub.

<sup>3</sup> Estas análises trabalham produtivamente com os procedimentos de *articulação* e *reescrituração* propostos por E. Guimarães. Estes procedimentos são definidos pelo autor em relação à textualidade como dois procedimentos fundamentais através dos quais se constitui a enunciação.

Um deles é ‘a economia para os cofres públicos’ e o outro, determinante, funciona em torno dos ‘ideais universitários’ e da ‘cultura humanística’. Nesses deslizamentos de sentido, o argumento principal do Relatório é a integração sustentada pelas ‘ciências’.

No primeiro documento relativo à constituição da Lingüística na Unicamp, a Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas, de outubro de 1968, há um lugar determinante a partir do qual os sentidos de *lingüística* vão se construir: a ‘integração interdisciplinar’ entre os Institutos e Faculdades da universidade em constituição.

A palavra ‘interdisciplinar’ comparece na Proposta qualificando ‘integração’ de modo geral, abrangendo todas as unidades da universidade. A integração continua significando como o argumento no espaço das leis e da administração, tanto do Estado, quanto da Universidade, mas, ao mesmo tempo, ‘interdisciplinar’ caracteriza e re-significa ‘integração’ também de outro lugar: o do *saber interdisciplinar*.

Os textos da LDB, do MEC-USAID, da Comissão Organizadora da Unicamp e da Proposta de Criação do Grupo de Lingüística são produzidos a partir de filiações de sentidos bastante diferentes, mas a demanda pela integração está presente em todos eles. No Acordo MEC-USAID, trata-se de uma *centralização administrativa* junto a uma *integração legislativa*. No Relatório da comissão, trata-se de uma *centralização e integração administrativa e disciplinar* dos institutos. Na Proposta, trata-se de uma *integração interdisciplinar* dos Institutos.

Compreender esse processo de constituição da lingüística na Unicamp exige levar em conta que a concepção da lingüística como *ciência-piloto das ciências humanas*, naquele momento, também colocava em jogo a questão da *interdisciplinaridade*. E, ao mesmo tempo, que o processo de legitimação dos saberes não é independente das condições institucionais em que ele é produzido. Há, aí, a meu ver, todo um percurso de sentidos intrincados que envolve as discursividades das leis do Estado, das instituições universitárias e dos saberes.

No processo de construção da legitimidade da lingüística na Unicamp, a interdisciplinaridade foi um argumento fundante. Porque incorporou as necessidades de integração demandadas pelo Estado e as re-significou no espaço dos saberes próprio da universidade. Embora a relação entre lingüística e interdisciplinaridade não significasse como necessária na história da lingüística no Brasil até aquele momento, na proposta da Unicamp ela significou como constitutiva.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Marcio Moreira (1968) *Beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa.

BRASIL (1961) Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>. Acesso: 8 jan 2009.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. *A Lingüística entre os Nomes da Linguagem*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/Unicamp, 2009.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. Organização. “Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas”. Out 1968. Campinas: Siarq/Unicamp. SG/AH-III cx 5 mç 01.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas. Disponível em:

[www.unicamp.br/siarq/pesquisa/comissao\\_organizadora.pdf](http://www.unicamp.br/siarq/pesquisa/comissao_organizadora.pdf). Acesso: 14 jan 2009.